



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria do Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros

MEMÓRIA DA II REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.

No dia 2 de julho de 2009, nas dependências da Superintendência do IBAMA em Sergipe, a Coordenação Geral de Autorização do Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP/DBFLO realizou a segunda reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco - CGSF, com os objetivos de: 1) apresentar os resultados da reunião do Subcomitê Científico, 2) apresentar proposta de Regimento Interno para o CGSF e 3) discutir alguns temas relativos ao ordenamento pesqueiro da bacia.

Participaram da reunião representantes da COOPE, SUPES/SE, Ministério da Pesca, Marinha do Brasil, CHESF, CODEVASF, Federações de Pescadores, Pastoral da Pesca, Movimento Nacional dos Pescadores e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, conforme lista de presença anexa.

A reunião foi aberta pelo Superintendente da SUPES/SE, Manoel Rezende, que deu as boas vindas aos presentes e se dispôs a colaborar com os trabalhos no que fosse necessário. Jacqueline/COOPE, apresentou a sugestão de agenda para adequações e sugestões e solicitou a apresentação dos participantes da reunião. José Dias/COOPE falou sobre a reunião de instalação do Subcomitê Científico – SC/CGSF ocorrida em Belo Horizonte/MG, a aprovação do Regimento Interno/SC, e os encaminhamentos para as próximas reuniões. Nerivaldo/Colônia Z-32/BA pede a palavra para informar sobre a quantidade de assentamentos ao longo do rio São Francisco, o que se traduz em um aumento considerável de pescadores itinerantes, utilizando todo tipo de petrecho para a captura de peixes. Severino, da Pastoral da Pesca, diz que existem também novos parques nacionais (Unidades de Conservação) e parques aquícolas. A preocupação é porque, após a saída de muitas famílias em função das dificuldades de vida, restaram ainda cerca de 800 famílias de pescadores. Seu Toinho, representante da Federação de Pescadores de Alagoas – FEPEAL e do Movimento Nacional de Pescadores – MONAPE diz que as hidrelétricas são vistas como fonte de progresso e não se atenta aos prejuízos que causam ao meio ambiente. Elas são a real causa do desaparecimento de algumas espécies de peixes. O baixo SF não pode ficar sem a vazão correta, porque impede a formação de lagoas marginais, que são a fonte da vida de peixes, pássaros e pessoas que vivem dos recursos naturais. O período para o defeso está correto, o que não está correto é a vazão e o tempo de cheia que a CHESF fornece. O peixe geralmente desova antes da liberação as águas.

Severino pergunta como ficará a participação dos povos indígenas na representação do Comitê porque são 3 comunidades em 8 municípios, algumas bastante envolvidas com a pesca. Sara explica que na programação da COOPE já existe previsão de se conhecer as comunidades indígenas e quilombolas e provavelmente estabelecer acordos de pesca em algumas dessas comunidades. José Dias diz que será avaliada como se dará essa representação.

Jacqueline explica a questão do pirá, uma espécie endêmica considerada ameaçada de extinção pela Instrução Normativa MMA nº 5/2004, e portanto, proibida de captura. Pescadores de Minas Gerais alegam que a espécie é encontrada em abundância. Thiago, representante da CHESF, confirma a

ocorrência do pirá no médio e submédio SF, mas já não ocorre no baixo SF. Diz, ainda, que Sato, pesquisador da CODEVASF em Três Marias/MG, possui informações sobre a espécie. Jacqueline informa que a IN n° 5/04 está em fase de revisão pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e, segundo informação, a metodologia de revisão e adequação da IN poderá ser acompanhada pelo site do Instituto.

Saldanha, do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, sugere que o SC/CGSF trate desse problema e apresente um relatório técnico com posicionamento sobre o assunto. Dias diz que deve haver um filtro na lista de espécies que entrarão no processo de revisão e sugere um trabalho conjunto com o MPA para avaliar quais serão essas espécies.

Raimundo, da Federação de Pescadores de Minas Gerais, diz que não há mais piracema de Sobradinho para baixo e deve ser entendido que algumas espécies têm maior poder de reprodução do que outras como, por exemplo, o pacamã e o camboja. Acrescenta que pescadores da sua região capturaram 40 espécimes de pirá com cerca de 50cm. Sugere que essa pesquisa/revisão deve ser feita em conjunto com as pessoas que vivem da pesca, e não com pescadores barrageiros, porque já enviou um documento ao ICMBio sobre a questão, mas não obteve resposta. Dias complementa que o caminho é de correção e, como o problema está levantado, fica o compromisso institucional para rever o assunto.

Nerivaldo, representante da Federação de Pesca/BA e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, fala da discriminação com os pescadores profissionais, que recebem a culpa pelo desaparecimento das espécies de peixes, e da supervalorização da pesca amadora.

Saldanha, ainda sobre a revisão da IN 5/04, diz ter 2 preocupações: a revisão tem prazo? E como ficam as espécies proibidas de captura pelos governos estaduais? Deve haver algum critério quanto a isso. Raimundo sugere que deve haver um trabalho de manejo dessa espécie (pirá) e monitoramento para saber até onde ainda vai.

Toinho faz uma avaliação da pesca no médio/baixo SF nos últimos 30 anos: quando Sobradinho foi fechado (instalação da UHE) teve início a diminuição do peixe. Depois da instalação de Xingó passaram-se 12 anos sem cheias e, a partir dessa época, não se capturou mais o pirá. Cortaram a estrada dos peixes. Prejudicou a reprodução da curimatã, que desova em ribanceiras, em águas barrentas, encheram de tambaqui, tilápia e peixes predadores (tucunaré). O pirá não reproduziu porque ficou escondido nas pedras de Xingó. Quando houve a cheia de 2004, foi capturada curimatã de 12kg, piau em quantidade. Concorde que a captura do pirá deve ser proibida no baixo SF porque ali já quase não ocorre a espécie.

Dias diz que fará um trabalho junto aos órgãos estaduais de meio ambiente para verificar suas listas de espécies consideradas e avaliar quais podem ser retiradas.

Linhares, representante da Marinha, informa que este é um órgão consultivo, que poderá assessorar o IBAMA em algumas questões e, inclusive, encaminhar documentos ao ICMBio.

Jacqueline retoma a agenda e faz um breve histórico de como é feito o trabalho de ordenamento pesqueiro em bacias hidrográficas, como se dão as reuniões para estabelecimento de normas de pesca. Entra na questão da pesca em lagoas marginais: há alguns anos se discute, nessas reuniões, a possibilidade de proibição da pesca nessas áreas, considerando sua importância na preservação das espécies nativas. Tal proibição foi efetivada por meio da IN n° 18/2008, que atualmente estabelece normas de pesca essa bacia. No entanto, desde fevereiro/09 comunidades pesqueiras da Bahia têm procurado o IBAMA para solicitar a reavaliação dessa medida, considerando que muitas delas não têm acesso ao rio, sendo as lagoas sua única fonte de recursos. Nerivaldo, representando a Federação de Pesca/BA e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, alega que a pessoa que representou os pescadores da Bahia em reuniões anteriores é ligada à pesca marinha e não tem conhecimento da realidade da pesca em águas continentais. Lembra que o IBAMA, no seu Programa de Ordenamento de Bacias Hidrográficas, tem por objetivo a preservação das espécies, adequando

suas normas às condições sócio-econômicas das populações ribeirinhas. O assunto foi levado à reunião do SC/CGSF que, em princípio, considerou a possibilidade de liberação da pesca nessas áreas, por tempo determinado, para possibilitar o estabelecimento de Acordos de Pesca. Nerivaldo diz, ainda, que foi encaminhado documento ao Ministério Público denunciando a privatização dessas lagoas por proprietários de terras e a ocupação por “assentamento” de sem terra. Toinho corrobora com a denúncia e diz que a Lagoa do Carrapicho é dos latifundiários que, inclusive comercializam alevinos. A aquicultura já encheu de camarão a Várzea da Marituba e independente da proibição, muitos vivem dessa pesca.

Saldanha/MPA pergunta se o IBAMA possui um grupo paralelo ao Comitê que possa demandar outras decisões. Jacqueline explica que haviam grupos de discussão mas, após a instalação do CGSF, as deliberações são de sua responsabilidade. Saldanha sugere a alteração da IN 18/08 para possibilitar a elaboração dos Acordos de Pesca.

ENCAMINHAMENTOS:

Questionar o MMA/ICMBio sobre a revisão da IN 5/04.

Contatar as instituições integrantes do CGSF para oficializarem os seus representantes e publicar a respectiva portaria.

Enviar aos integrantes do CGSF uma sugestão de Regimento Interno para adequação e publicação.

Contatar os Núcleos de Pesca das SUPES para que formem seus Grupos de Gestão (grupos estaduais que discutirão os recursos pesqueiros e a pesca em cada estado).

Encaminhar documento ao SC/CGSF para posicionamento quanto à permanência/retirada do pirá da lista de espécies ameaçadas.

Providenciar a retificação da IN 18/08 quanto às lagoas marginais para possibilitar a edição de Acordos de Pesca.